

CEUB

EDUCAÇÃO SUPERIOR

ISSN: 2763-7298

REVISTA DA ARQUITETURA:

CIDADE E HABITAÇÃO



Estudos de caso pós-pandemia:
como se comportará a sociedade
Post-pandemic case studies: how
society will be behavior

Eliete de Pinho Araujo

Manuel José Costa de Carvalho e Sousa

María José López Rey

Rodrigo Pinho Rodrigues

VOLUME 1 - NÚMERO 2 - JUL./DEZ. 2021

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
BRASÍLIA EM FRAGMENTOS: PERCURSOS E BIOGRAFIAS	12
Aline Stefânia Zim	
CHANCELA DO PATRIMÔNIO NATURAL: RELAÇÕES DE POLÍTICAS AMBIENTAIS E PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO COMO PAISAGEM	23
Paulo Afonso Cavichioli Carmona Talita Alves Morais e Rabelo	
CIDADES PARA QUEM?	38
Élida Lorrane Ramalho Almeida	
CLIMA, MEIO AMBIENTE URBANO E A DENGUE EM SALVADOR	44
Manoel Messias Teixeira Júnior Antônio Pedro Alves de Carvalho	
CONTROLE DA QUALIDADE DO AR INTERNO NOS AMBIENTES	57
Chenia Figueiredo Cybelle Faria	
ESTRATEGIAS BIOCLIMÁTICAS PASIVAS PARA LA ZONA BIOCLIMÁTICA 4 EN VIVIENDAS DE INTERÉS SOCIAL DE PERÚ	70
Diana Karen Pari Quispe Joára Cronemberger Silva Caio Frederico e Silva	
ESTUDOS DE CASO PÓS-PANDEMIA: COMO SE COMPORTARÁ A SOCIEDADE	80
Eliete de Pinho Araujo Manuel José Costa de Carvalho e Sousa María José López Rey Rodrigo Pinho Rodrigues	
NÚCLEO DE APOIO AO DISCENTE – NAD E CEUB: REFLETINDO SOBRE FUNÇÕES E ACESSIBILIDADE NO CONTEXTO INCLUSIVO	95
Norma Albuquerque Augusto	
O PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO AMBIENTAL E O MICROCLIMA	110
Clarianne Martins Braga Borges Gustavo Alexandre Cardoso Cantuária	

PROJETO ESTRUTURAL EM LIGHT STEEL FRAMING APLICADO AO PROGRAMA DE HABITAÇÃO SOCIAL DE BRASÍLIA..... 122

Pedro Victor de Moraes Guerra
Nathaly Sarasty Narváez

QUALIDADE AMBIENTAL E ASPECTOS PARA A HUMANIZAÇÃO DE UMA UTI NEONATAL: UM ESTUDO DE CASO EM FLORIANÓPOLIS (SC)..... 133

Fernanda Bassoli Pedroso
Isamara Gabriela de Souza Pinto
Keli de Farias Alves
Maíra Longhinotti Felipe
Maria Carolina Furlan Romi
Patrícia Biasi Cavalcanti
Tiago Mitsuo Nagasaki

Estudos de caso pós-pandemia: como se comportará a sociedade*

Post-pandemic case studies: how society will be behavior

Eliete de Pinho Araujo**

Manuel José Costa de Carvalho e Sousa***

María José López Rey****

Rodrigo Pinho Rodrigues*****

* Recebido em 18/10/2021
Aprovado em 05/12/2021

** Pós-doutora pela Universidade da Coruña, Doutora em Ciências, ENSP FIOCRUZ (2008 - Capes nível 6, Mestre em Planejamento Urbano - Tecnologia FAU UnB (1999), Arquiteta pela FAU-UFRJ (1976), Licenciatura em Educação Física Dom Bosco (1988), Arquiteta da Secretaria de Saúde SESDF, Professora do curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Coordenadora do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do CEUB e dos grupos de pesquisa Arquitetura, Qualidade Ambiental, Eficiência e Saúde e Cidade e Habitação.

*** Mestrado em Patrimônio e Turismo da Universidade do Minho. Professor Especialista em Design de Ambientes pelo Instituto Politécnico de Viana do Castelo e na área do Turismo, no Porto. Ação de Formação sobre Concessão e Construção de Parques de Jogo e Recreio. Gestor na empresa ARQPARTNERS em Vila Nova de Famalicão. Profissional liberal de Arquitetura Paisagista. Embaixador em Portugal da World Urban Parks, com sede na Nova Zelândia; Conselheiro da Embaixada da Ordem de Malta, em Bissau; Coordenador do Museu do Ouro de Travassos, na Póvoa de Lanhoso.

**** PDI na UEx desde 2004, Universidade da Extremadura – Badajóz, Espanha. Pesquisadora de A Coruña, Faculdade de Sociologia, no projeto “Crescimento, convergência e desigualdade: o estado e no projeto “Diabetes mellitus. Membro do Comitê de Qualidade do Grau em Educação Infantil, Secretária Acadêmica da Faculdade de Economia da UEX, Secretária da Comissão de Validação e coordenadora do projeto-piloto para a implementação da Área Europeia de Educação na Faculdade de Economia da UEX.

***** Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário de Brasília; Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Sustentável / Reabilitação Ambiental, Universidade de Brasília, Brasil; Certificado em Design de Interiores, Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento, Canadá; Programa de Tecnologia de Arquitetura e Construção – BCIT. Arquiteto no escritório Gauthier and Associates (GALA).

Resumo

O artigo se refere às alterações provocadas pela COVID-19 no desenvolvimento pós-pandemia da arquitetura, paisagem, sociedade e moradia, não só no Brasil, mas em países como Canadá, Espanha e Portugal. Os objetivos são fazer um compilado das pesquisas dos professores das universidades e profissionais relacionados ao tema. Primeiramente, relatou-se o impacto no Brasil, diferente dos outros três países, considerados desenvolvidos. Em que a pandemia afetará o Brasil? Serão três partes referentes ao tema da moradia. No Canadá, como a Covid-19 está afetando o mercado de trabalho e a vida de uma forma geral? A construção civil não parou porque foi declarada como serviço essencial, sem esse serviço básico, as pessoas não seriam capazes de ficar em casa e permanecer saudáveis. Na Espanha, o estado de alarme foi anunciado pelo governo quando o número de contágios alcançou meio milhão de pessoas. Porém, dentro do dramático cenário, surgiu algo positivo: a qualidade do meio ambiente melhorou. As cidades grandes, com altos níveis de poluição respiram um ar mais puro, a biodiversidade se regenera, as águas estão mais limpas. Em Portugal, o que aconteceu à arquitetura? Continuou elaborando projetos *on-line* e a construir, com ritmo menor, por medo de contágio e por falta de serviços de apoio. Como resultados, a pandemia veio deixar consequências nas crianças, nas pessoas mais velhas, nos pobres, na geração atual, e em toda a sociedade. Em todos os países verificou-se que deverá ser exigida do Poder Público uma atuação decisiva e eficiente, organizada e fraterna.

Palavras-chave: on-line; pós-pandemia; (re) pensar.

Abstract

The article refers to the changes caused by COVID-19 in the post-pandemic development of architecture, landscape, society and housing, not only in Brazil, but in countries like Canada, Spain and Portugal. The goals are to compile the researches developed by university professors and professionals related to the topic. First, the impact on Brazil was described, which is di-

fferent from the other three countries, considered developed. How will the pandemic affect Brazil? There will be three parts referring to the housing topic. In Canada, how is Covid-19 affecting the job market and life in general? Civil construction did not stop because it was declared an essential service, because without this basic service, people would not be able to stay home and remain healthy. In Spain, the alarm status was announced by the government when the number of contagions reached half a million people. However, within the dramatic scenario, something positive emerged: the quality of the environment has improved. Large cities, with high levels of pollution, breathe cleaner air, biodiversity regenerates, water is cleaner. In Portugal, what happened to architecture? The projects kept being developed in home office, but construction decreased to a slower pace, due to fear of contagion and to the lack of support services. As a result, the pandemic has had consequences for children, older people, the poor, the current generation, and society in general. In all countries, it was verified that it must be required from the Government to take decisive and efficient, organized and fraternal action.

Keywords: online; post-pandemic; (re) think.

1 Introdução

No Brasil, foi abordada nesta pesquisa a questão da moradia no desenvolvimento pós-pandemia COVID-19. Como é um país em desenvolvimento, a população de baixa renda sofreu muito neste momento para enfrentar a pandemia. Por isso, resolveu-se discutir a moradia para esta população, ou seja, o que a moradia precária pode oferecer de positivo? Qual o tamanho dessa precariedade? E estabelecer os desafios do combate à COVID-19. Em Vancouver, no Canadá, o governo tomou a decisão de que apenas serviços essenciais deveriam permanecer abertos, como supermercados, farmácias, pet-shops e construção civil, de forma geral. E quanto à população que estaria trabalhando em casa, ou que tinha renda mais baixa, foi estipulado, de imediato, um auxílio mensal necessário para as pessoas se manterem tranquilas. Na Espanha, a pesquisa se concentrou no estado de alarme criado

pelo governo em todo o território nacional, público e privado, em todos os níveis, desde o ensino infantil até o universitário, e suas ações. Em Portugal houve um medo generalizado por parte dos pais e professores que passaram a querer o fechamento das escolas, as famílias foram se abastecendo nos supermercados e em seguida fecharam-se em casa, os lares deixam de receber visitas, os estabelecimentos comerciais começaram a ficar vazios e o Estado decretou o Estado de Emergência. A maior parte da população ficou 45 dias confinada em casa e está saindo à rua gradualmente. Ainda, “como, pelo Estado de Emergência, a pandemia afetou a arquitetura, a elaboração de projetos em casa ou on-line, a construção civil, o mercado imobiliário, o turismo nas principais cidades de Lisboa e Porto”? Como será o desenvolvimento nas regiões pós-pandemia COVID-19?

2 Objetivos

Informar as pesquisas relacionadas ao comportamento da população nos diversos países frente à COVID-19.

2.1 Objetivos específicos

- Relatar o impacto da COVID-19 no Brasil, Canadá, Espanha e Portugal;
- Mostrar as alterações pós-pandemia no desenvolvimento provocadas pela COVID-19;
- (Re) pensar a qualidade de vida das populações;
- (Re) pensar formas de morar na modernidade;
- (Re) pensar o desenvolvimento das regiões pós-pandemia COVID-19.

3 Metodologia

Primeiramente, foi relatado pelos profissionais e professores das universidades o impacto da CO-

VID-19 nos quatro países e suas alterações nas escolas, nas universidades, nas empresas, enfim, na vida cotidiana. Após, foram mostradas em que a COVID-19 interferiu no ensino e na aprendizagem, no trabalho, na economia, no turismo, nas ações pessoais, na vida atual. Finalmente, foram descritos o (re) pensar a qualidade de vida, a moradia e o desenvolvimento das regiões na pós-pandemia.

4 Desenvolvimento no Brasil: a precariedade da moradia e o combate à COVID-19

De acordo com o dicionário Aurélio, moradia significa “designação comum de habitação, morada, casa”. A moradia é muito mais que o lugar de abrigo, é lugar de constituição de vida, revelando-se em múltiplas dimensões (PENZIM, 2001).

O direito à moradia foi incluído recentemente no rol dos direitos fundamentais sociais expressamente enunciados no artigo 6º da CF de 1988, mais especificamente na EC 26, de 2000 (SARLET, 2014), cláusula pétrea da Constituição. Muito embora, na CF de 1988 no artigo 1º, que estabelece, como fundamento da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana, pressupõe-se necessariamente o direito à moradia. O Brasil já faria parte como Estado signatário do Pacto Internacional dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais, de 1966, onde o direito à moradia já era objeto de reconhecimento expresso no mesmo.

A solução do problema habitacional no Brasil, embora a compreensão do seu significado esteja clara para a sociedade brasileira, ou pelo menos, para parte dela, faltam políticas públicas que efetivem o direito à moradia para todos (CANUTO, 2010). Os direitos sociais permitem que excessos de desigualdade sejam reduzidos e que seja garantido um mínimo de bem-estar para todos, e se baseiam na ideia central de justiça social (CARVALHO, 2002).

No mundo todo, a questão habitacional é um desafio, não somente em países considerados em desenvolvimento, mas também nos desenvolvidos. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU)

1,6 bilhão de pessoas vivem em moradias inadequadas no mundo (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2017). Embora o assunto seja tratado de modo abrangente, envolvendo o problema habitacional para todos, alguns países observaram a urgente demanda, que requer cautela e projetos específicos, como é o caso da Holanda, consagrada, por exemplo, por seis vezes, o melhor sistema de saúde da Europa, segundo o Euro Health Consumer Index.

A apresentação da pesquisa no Brasil foi dividida em três partes: qual o conteúdo do direito à moradia; qual o tamanho da precariedade da moradia no Brasil; e estabelecer os desafios do combate à COVID-19 diante da precariedade da moradia: o que fazer?

4.1 Parte 1: o conteúdo do direito de moradia

Morar é uma necessidade intrínseca à existência do ser humano, razão pela qual o direito à habitação é inerente à vida. Daí o conceito de LE CORBUSIER de que a moradia é o local onde o homem ou a família “vive, dorme, anda, ouve, vê e pensa”.

Por isso, a moradia é considerada uma das funções essenciais da cidade (Carta de Atenas de 1933).

Por outras palavras, a casa representa seu abrigo físico e seu lar, abrigo da intimidade, da vida em família, das memórias (e atualmente, da proteção à pandemia, diante da necessidade de isolamento social). Ver Figura 1.

Figura 1: Exemplo de moradia para população de baixa renda.



Fonte: Arquivo pessoal, EPA.

Do ponto de vista jurídico, destaca-se que a Constituição Federal de 1988 estabelece a importância da habitação quando reconhece a casa como asilo inviolável do indivíduo (art. 5º, XI); elege a

moradia como necessidade vital básica do trabalhador e de sua família para justificar o recebimento do salário mínimo (art. 7º, IV); atribui à União, aos Estados e aos Municípios competência comum para legislar sobre programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais (art. 23, IX); confere à moradia condição imprescindível para a aquisição da propriedade urbana por usucapião (art. 183); e incluiu o direito à moradia dentre o rol de direitos sociais (art. 6º), por meio da Emenda Constitucional nº 32/2000.

Além disso, o Constituinte de 1988 inseriu a dignidade da pessoa humana no art. 1º, inciso III como princípio e valor fundamental da República brasileira.

No âmbito internacional, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, traz em seu artigo I, “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e deve agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”. Daí porque o princípio da dignidade da pessoa humana pode ser considerado um valor unificador dos Direitos e Garantias Fundamentais corporificados na CF e legitimador dos direitos fundamentais.

O binômio “Direito à moradia” somado à “dignidade da pessoa humana” resulta no DIREITO À MORADIA DIGNA.

Destaque para a Constituição Espanhola de 1978 que, em seu artigo 47 dispõe:

Todos los españoles tienen derecho a disfrutar de una vivienda digna y adecuada. Los poderes públicos promoverán las condiciones necesarias y establecerán las normas pertinentes para hacer efectivo este derecho, regulando la utilización del suelo de acuerdo con el interés general para impedir la especulación. La comunidad participará en las plusvalías que genere la acción urbanística de los entes públicos.

Por sua vez, a Constituição Portuguesa de 1976, em seu artigo 65, nº 1, prescreve que: Habitação e urbanismo

1. Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condi-

ções de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

Atualmente, já são mais de 12 textos diferentes da ONU que reconhecem explicitamente o direito à moradia, com destaque para o Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU que elaborou em 1991 o Comentário Geral nº 04 sobre o direito à moradia adequada, documento que interpreta o real significado e alcance do direito à moradia digna:

A Moradia adequada (digna) é aquela que: assegura privacidade; tem adequado espaço; acessibilidade física; adequada segurança na posse; durabilidade e estabilidade estrutural; adequada iluminação, aquecimento e ventilação; adequada infraestrutura básica, incluindo o suprimento de água, saneamento e tratamento de resíduos; apropriada qualidade ambiental e de saúde; adequada localização com relação ao trabalho e serviços básicos; adequação cultural - maneira como a habitação é construída, os materiais de construção usados e as políticas em que se baseiam devem possibilitar apropriadamente a expressão da identidade e diversidade cultural da habitação; custo disponível e acessível.

Qual será o mínimo de bem-estar para todos?

4.2 Parte 2: qual tamanho da precariedade da moradia no Brasil?

Todas as cidades brasileiras acima de 200 mil habitantes têm favelas e problemas habitacionais. Há dois pontos fundamentais que indicam as dificuldades do país no enfrentamento a pandemia do coronavírus:

a) existem 35 milhões de brasileiros (18% da população) que não têm acesso à água fornecida por meio da rede geral de abastecimento; existem 100 milhões (48% da população) que vivem em áreas sem coleta de esgoto e outros 5,8 milhões não têm banheiro em casa.

b) existem 12 milhões de brasileiros (6% da população) que vivem em imóveis com mais de 3 moradores por dormitório, o que é considerado adensamento excessivo, dos quais as favelas e cortiços são exemplos clássicos.

Tais números sobre condições de habitação são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) de 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em outra pesquisa, a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) de 2018, também do IBGE, mostra que o país tem 13,5 milhões de pessoas na pobreza extrema (vivendo com até R\$ 145 por mês).

No Brasil, cerca de 15 mil brasileiros morrem por ano devido doenças relacionadas à falta de saneamento básico.

Hoje, no 46^a dia da pandemia no Brasil, que é contado a partir do centésimo caso confirmado e já se tem um pouco mais de 5 mil mortos e 73 mil casos confirmados de contágio, mas esses dados estão provavelmente subestimados, diante da enorme quantidade de subnotificação. O Brasil passou a China em números de mortos.

Nas favelas da cidade de São Paulo as famílias ocupam, em média, 8 m². A falta de coleta de esgoto também atinge 59% das escolas do ensino fundamental no Brasil (Instituto Trata Brasil), o que dificultaria a utilização dessas unidades para alocação temporária de população que reside em moradias precárias ou moradores em situação de rua. De outro lado, em 2014, a Organização Mundial da Saúde (OMS) afirmou que cada dólar investido em saneamento básico, são economizados 4,3 dólares investido em saúde global. Uma das poucas coisas boas da pandemia no Brasil é colocar na pauta política a questão da moradia precária e a falta de saneamento básico. Desta forma, a pandemia escancara o problema da falta de saneamento básico no Brasil. Não cabe mais, em pleno século XXI, termos indicadores de saneamento básico típicos de século XIX.

A contaminação inicia com as áreas mais nobres das cidades, como em Brasília, especialmente em razão daqueles que voltaram de viagem da Europa, principalmente Itália, mas pouco mais de um mês, as áreas mais pobres ou mais adensadas passam a ter o maior número de casos confirmados da COVID-19. Isso traz uma reflexão importante em relação ao planejamento das cidades brasileiras e a forma de urbanização brasileira. Quem sabe uma mudança da legislação ou postura.

Na Espanha afirmou-se que serão 3 milhões de espanhóis desempregados depois da pandemia, no Brasil, a estimativa mais tímida coloca que serão 30 milhões de brasileiros desempregados ao final da pandemia, 10 vezes mais.

O que a moradia adequada deverá contemplar?

4.3 Parte 3: os desafios do combate à COVID-19 diante da precariedade da moradia: o que fazer?

O problema da COVID-19 é um terreno do desconhecido. O sistema jurídico é todo conformado para trabalhar dentro de certa normalidade. A pandemia tem mostrado uma insuficiência da legislação e jurisprudência para dar conta do problema. Uma prova disso é a grande quantidade de nova legislação que tem sido produzida, só no âmbito federal já se passou de 50 medidas provisórias e dezenas de decretos. A judicialização do tema também tem sido grande.

Não se tem quase nenhuma certeza sobre o coronavírus e suas consequências na saúde da população e na economia: não se sabe quantas pessoas exatamente estão contaminadas, não se sabe se as pessoas que foram contaminadas podem contrair a doença novamente, não se sabe quanto tempo a pandemia vai durar, não se sabe se e quando surgirá uma vacina ou tratamento eficaz, não se sabe exatamente as consequências econômicas da pandemia. Isso faz lembrar de Sócrates, quando afirma que “Só sei que nada sei”, porém, a frase inteira traz um alento, “só sei que nada sei e o fato de saber isso, me coloca em vantagem sobre aqueles que acham que sabem alguma coisa”.

O pouco que já se sabe é que o contágio é rápido, que atinge uma mortandade grande no grupo de risco (idosos especialmente), esgotando o sistema de saúde.

Também se sabe que são medidas eficazes lavar as mãos e fazer isolamento social como maneiras a evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus. E como é que vai se lavar as mãos se não tem água em casa? E como é que vai ficar em casa se vive em um barraco? É um desafio gigantesco.

Isso torna o combate à COVID-19 muito difícil. Todavia, é necessária a adoção de uma série de medidas contra o novo coronavírus em áreas de moradias precárias como em favelas ou cortiços.

Destaca-se que o problema político potencializa o estrago que o coronavírus fará no Brasil.

Um grupo de pesquisadores do Rio de Janeiro especialistas em modelagem de dinâmica de sistema que se uniram ao coletivo Favelas contra o coronavírus criou um simulador para estimar o efeito de sete ações combinadas em diferentes proporções (<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,reduzir-populacao-em-favelas-e-investir-em-higiene-podem-salvar-ate-26-mil-do-coronavirus-em-sp,70003270650>): remoção temporária de moradores das favelas para equipamentos públicos ou para hotéis; reduzir em até metade a densidade demográfica das comunidades; subsídio a insumos de higiene; renda básica para comprar produtos de higiene; estruturas emergenciais de saneamento; expansão de UTIs; e uso de máscaras faciais.

A adoção destas medidas poderia reduzir a pressão sobre o sistema de saúde e salvar milhares de vidas. Por exemplo, no Estado de São Paulo, poderiam ser até 26 mil vidas salvas; no Estado do Rio de Janeiro, 15 mil vidas. A análise foi feita para o Estado do Rio, onde vive, proporcionalmente, a maior população em favelas no Brasil. Segundo dados do IBGE, no Estado há 2,2 milhões vivendo em favelas, 13% da população, em uma densidade demográfica média de 9.900 pessoas por km².

De outro lado, o Brasil tem, pelo menos, 6,9 milhões de famílias sem casa para morar; tem também cerca de 6,05 milhões de imóveis desocupados há décadas.

Quais são os desafios pós-pandemia?

4.4 Resultados e conclusões

Todo o exposto traz uma reflexão importante em relação à moradia e ao planejamento das cidades brasileiras e a forma de urbanização brasileira. Quem sabe uma mudança da legislação ou postura? (Re) pensar formas de morar na modernidade. Assim, seria necessária uma grande medida de solidariedade ou fraternidade por parte de inúmeros pro-

prietários de imóveis ociosos para o Brasil, salvar milhares de pessoas que não têm condições adequadas de moradia para se prevenir contra a pandemia. Enfim, o momento atual exige uma atuação eficiente do Poder Público. É importante esclarecer a definição de direitos fundamentais e segundo Canotilho (1999), o termo direito fundamental aplica-se para aqueles direitos da pessoa reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional de determinado Estado, a fim de garantir a dignidade humana. A pandemia irá deixar várias consequências nas crianças, nas pessoas mais pobres, na geração atual.

O Ministério da Saúde estuda revogar algumas das medidas que marcaram os dois últimos anos, como o uso de máscaras em locais fechados. Entenda se decisão faz sentido e se o país pode aprender algo com o que aconteceu em outros lugares, que liberaram as restrições um pouco antes. O Governo Federal estuda revogar nos próximos dias uma série de medidas que marcaram os últimos dois anos, como a obrigatoriedade do uso de máscaras em alguns estabelecimentos, as regras sanitárias para a entrada de estrangeiros e a restrição na exportação de insumos médicos e hospitalares. Esse movimento de flexibilização, que ainda precisa ser confirmado pelo Ministério da Saúde, acontece na esteira do ... - Veja mais em <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/bbc/2022/04/03/covid-brasil-esta-pronto-para-declarar-o-fim-da-pandemia.htm?cmpid=copiaecola>

Estatística de 23/04/2022 no Brasil:

Novos casos: 7.111

Média de 7 dias: 13.676

Mortes: 53

Média de mortes em 7 dias: 96

Vacinas:

23 de abr. de 2022	Total	% da população
Pelo menos uma dose	182.395.741	85,8%
Totalmente vacinadas	163.322.265	76,8%
Receberam a dose de reforço	86.180.459	40,5%

5 No Canadá, Vancouver

5.1 Como a COVID-19 está afetando o mercado de trabalho e a vida de uma forma geral em Vancouver, Canadá

Quando surgiram os primeiros casos da COVID-19, em meados de março, o governo tomou a decisão de que apenas serviços essenciais deveriam permanecer abertos, como supermercados, farmácias, pet-shops e construção civil de uma forma geral.

E quanto à população que estaria trabalhando em casa, ou que tinha renda mais baixa, foi estipulado, de imediato, um auxílio mensal necessário para as pessoas se manterem tranquilas e conseguirem viver.

A Construção civil foi declarada como serviço essencial, pois durante a atual crise de saúde, a cidade e os moradores ainda precisam de estradas seguras e transitáveis, água potável, esgotos em funcionamento e coleta de lixo. Sem esses serviços básicos, as pessoas não seriam capazes de ficar em casa e permanecer saudáveis.

O oficial de saúde da província classificou o trabalho de construção como um risco menor de espalhar doenças do que outros tipos de trabalho, porque ocorre em lugar aberto. As equipes de construção devem seguir as diretrizes criadas pelo governo, incluindo: limitar o número de pessoas nos locais de trabalho; aumentar o número de estações de lavagem das mãos; limpar regularmente áreas e superfícies comuns; garantir que qualquer pessoa doente fique em casa; reduzir o número de pessoas em veículos; os trabalhadores devem manter uma distância de 2 metros um do outro sempre que possível. No entanto, existem algumas tarefas em que as pessoas não podem se separar por 2 metros por razões de segurança.

A partir daí as pessoas passaram a trabalhar de casa, tendo reuniões virtuais toda semana com meus colegas de trabalho. A adaptação no início foi um pouco difícil. A retomada da economia da economia será gradual. Segundo James Brander, professor de Negócios Internacionais e Políticas Públicas na Sauder School of Business da University of British Columbia (UBC), “a boa notícia é que se a

questão da saúde pública da COVID-19 for resolvida, acredito que vamos ter uma recuperação ligeira”. Em entrevista à News 1130, Brander afirmou que “os governos estão fazendo a coisa certa para manter viva a possibilidade de uma recuperação veloz, portanto não há razão para que não ocorra uma retomada acelerada”.

Acredita-se que após a pandemia, conceitos serão revistos na forma de trabalharmos em lugares fechados e o tanto que isto poderá influenciar na forma que projetamos atualmente. A adaptação no começo foi um pouco difícil, pois trabalhar de casa tem algumas distrações como animais de estimação, afazeres e família.

Os escritórios de arquitetura adotaram algumas medidas como redução no salário de 10% a 15%, horas reduzidas e folgas intercaladas entre funcionários pois com a pandemia, os projetos ficaram parados com a incerteza sobre a economia. Essas medidas foram tomadas também com o intuito de não demitir funcionários, pois economizando horas, o dinheiro será usado no futuro. A previsão de voltar a trabalhar no escritório será do meio ao final de julho.

O procedimento nas empresas está indicado nas Figuras 2 e 3.

Figuras 2 e 3: Procedimento nas empresas e nas obras em Vancouver.





Fonte: Arquivo pessoal, RPR.

5.2 Resultados e conclusões

Em junho de 2021, as escolas voltaram a funcionar, mas a decisão foi dos pais se eles queriam ou não que as aulas online continuassem. A maioria aderiu.

Quanto aos escritórios e empresas, a pedido da administração regional, após a pandemia alguns projetos sofreram alterações relacionadas aos espaços coletivos, como por exemplo, as coberturas coletivas nos edifícios, criar espaços individuais para respeitar o distanciamento social.

Dentro dos escritórios, não se podia usar cozinha, geladeira, o lay-out foi alterado, e a quantidade de pessoas trabalhando presencial foi reduzida à metade. O restante trabalhando de casa.

Diminuíram os projetos e estenderam o auxílio mensal aos trabalhadores até agosto de 2021.

Saíram recomendações do governo como Decreto, com liberação de academias com horário marcado, piscina não utilizável, ônibus já se pode usar, a máscara é recomendável, mas não obrigatória.

A partir de março de 2022, as restrições foram extintas, mas algumas mudanças devido a pandemia como o modelo híbrido de escritório continuaram.

Os funcionários escolhem quais dias trabalharão no escritório e quais dias trabalharão em casa.

6 Na Espanha

6.1 Alguns dos impactos sociais da pandemia na Espanha

É amplamente conhecido que a Espanha é um dos países mais afetados por esta pandemia global, com muitas incertezas e que conviveu com uma saturação de informação, nem sempre confiável, meses depois das primeiras notícias que chegaram da China, em fevereiro.

Em 10 de maio, os dados oficiais reportados pelo Ministério da Saúde estão indicados na Tabela 1.

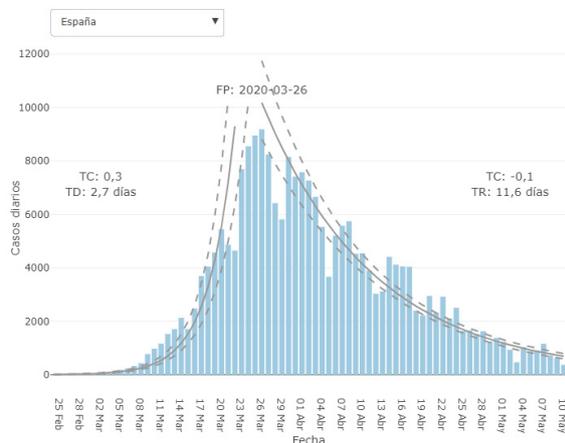
Tabela 1: Dados oficiais

Contágios totais	227.436
Casos ativos	63.553
Hospitalizados	122.730
UCI	11.348
Falecimentos	26.744
Casos recuperados	137.139

Fonte: Ministério da Saúde da Espanha em Maio de 2020. <https://cnecovid.isciii.es/covid19/>

Os números são grandes, superados apenas pelos Estados Unidos, e sabe-se que são subestimados, pois nem todos os casos são computados, apenas aqueles que contrastam com os testes que, devido a problemas de suprimento, não são todos. Assim, não se pode conhecer o real impacto da doença. A partir dos dados disponíveis, atualizados diariamente pelo Ministério da Saúde, extrai-se a evolução da doença, refletida no gráfico a seguir na Figura 4.

Figura 4: Evolução inicial da doença na Espanha



Fonte: Ministério da Saúde da Espanha, 2020.
<https://cncovid.isciii.es/covid19/#declaraci%C3%B3n-agregada>.

O pico mais alto de infecções foi atingido em 26 de março, quando o número excedeu 9.000 infecções por dia.

Teorias sobre as causas da rápida disseminação do contágio e o alto número de mortes no país, lê-se em todas as direções, desde a mais bizarra conspiração geopolítica, até a que encontra sua base na alta expectativa de vida da população, ou nas relações industriais fluidas com a China, entre as mais elogiadas entre especialistas e leigos: “reagimos tarde”.

Em 13 de março, o Presidente Pedro Sánchez compareceu a uma coletiva de imprensa para anunciar o estado de alarme e a entrada em vigor a partir do dia seguinte, o da publicação no Diário Oficial do Estado, com o conseqüente confinamento da população. O confinamento é anunciado na Espanha, quando o número de infecções chega a quase meio milhão. Por outro lado, viu-se melhores resultados em alguns países europeus cujo confinamento começou mais tarde, ou até não ocorreu pela imposição de um estado de alarme, mas pela responsabilidade da própria população, além de algumas diferenças sociais e culturais, as mesmas que definem os ritmos em uma Europa de velocidades diferentes.

Apesar do imediatismo da medida e da mudança drástica que ela significou, bem como do horizonte sombrio que sua implementação traçou, a população espanhola respondeu, em geral, bem, demonstrando uma grande capacidade de adaptação a essa situação incomum. Atitudes consideradas irrespon-

sáveis ou não favoráveis, por não respeitarem as restrições impostas pelo estado de alarme, são a exceção. Essa aceitação maciça e incondicional também é surpreendente, o que acaba criando a figura da “polícia da sacada”, que nomeia aqueles que, de seu confinamento, repreendem outras pessoas da vizinhança pelas janelas, por uma atitude supostamente rebelde. Essa resposta da população, explica a psicologia, obedece, em grande parte, ao medo, uma emoção que pode ser útil para proteger de certos perigos. Certamente é isso, e assumiu-se que a melhor maneira de se proteger é ficar em casa. Isso é o que a maioria fez, por medo de infectar ou infectar a eles mesmos.

O medo também se reflete em algumas atitudes, como o consumo compulsivo de determinados produtos específicos, como se estivessem diante do apocalipse! Talvez agora possam entender como algum medo é canalizado, quando o primeiro produto que desaparece das prateleiras de todos os supermercados do mundo é papel higiênico. O consumo maciço de produtos específicos varia ao longo da pandemia e sugere uma normalização gradual da nova vida diária. A “febre” do papel higiênico termina quando começa a levedura, o principal ingrediente para fazer pão, que retoma o costume antigo de cozinhar em casa. E, embora o diabetes seja precisamente uma das patologias anteriores que colocam as pessoas que contraem 19 cobiçadas em maior risco, o açúcar adoça a vida e o confinamento deixa tempo para assar.

Poderia ser uma oportunidade de encontrar um equilíbrio nessa distribuição desequilibrada de tarefas, aproximando o trabalho doméstico dos homens mais reticentes? Os poucos dados que se tem nessa área não são animadores. Os relatos de violência de gênero aumentaram durante o período de confinamento. Terá que se esperar algum tempo para obter dados significativos sobre os danos que o confinamento causou na coexistência.

Além do principal impacto que essa pandemia causou na sociedade, que é sem dúvida o impacto na saúde, é necessário mencionar o que produz na economia, que enfrenta uma das piores crises das últimas décadas. A Espanha baseia grande parte de seu PIB no setor de turismo, hotel, restaurante, transporte ... são serviços seriamente afetados, além

de pequenas empresas e todas as empresas cuja atividade é considerada não essencial.

A contagem de novos desempregados realizada no final do primeiro trimestre do ano também não forneceu um número esclarecedor. As pessoas, confinadas em suas casas, incapazes de trabalhar, são contadas como empregadas. Impossível também, acaba por calcular o efeito sobre a economia subterrânea, dada a sua própria natureza, mas não se deve perder de vista o fato de que, neste contexto, sobrevive um grande grupo que está entre os mais vulneráveis da população. Em resumo, é muito cedo para calcular o impacto econômico, pode-se fazer estimativas que excedam um milhão de novos desempregados, mas seria imprudente fazer uma interpretação de um impacto que apenas começou a ser percebido.

Hoje em dia, ouve-se frequentemente que esta situação dramática renderá algum aprendizado. A pandemia também ensinou que a maneira de trabalhar pode ser diferente a partir de agora e a dependência que ela terá da tecnologia das comunicações. Para os empregadores, isso significa uma perda de controle sobre seus funcionários, mas também uma economia de custos em certos recursos, que podem recair sobre o teletrabalhador (trabalho em casa on-line).

À medida que o conhecimento do comportamento do vírus avançou, as autoridades acadêmicas correram para elaborar acordos e improvisar medidas. Esse modelo mostra as desigualdades geradas pelo fosso digital; os estudantes das camadas sociais mais desfavorecidas não possuem a infraestrutura necessária para o correto desenvolvimento da atividade on-line. Os serviços de educação especial são suspensos, em detrimento de um corpo discente já particularmente vulnerável.

Embora as autoridades competentes tenham manifestado a intenção de atender a todos esses casos, terão que esperar alguns meses para avaliar os resultados acadêmicos com uma certa perspectiva e o impacto que a maneira como este curso foi concluído teve no currículo do aluno. Essa perspectiva permitirá um julgamento mais informado sobre a resposta da comunidade educacional, esperar alguns meses para poder afirmar (ou não) que se vive até ela.

A resposta da classe política não está recebendo as melhores considerações. A crise econômica e de saúde também é política. Uma das manifestações mais evidentes da politização da crise da saúde é a manipulação das informações. Imagens tiradas do contexto, notícias falsas, disseminadas pelas diferentes redes sociais, proliferações de interpretações tendenciosas ... tudo com uma clara intenção de lucrar politicamente com o gerenciamento da crise. Fundamentar-se ou expor razões e exigir responsabilidades, onde elas existem. Deixe o eleitorado falar.

A Espanha já iniciou a chamada “descalcificação” do confinamento, avançando progressivamente em direção ao que se tornou conhecido como o novo normal, que experimentará quando o estado de alarme for definitivamente revertido. Enquanto isso, já começou a perder o foco com restrições, usando faixas horárias diferentes para os diferentes grupos (crianças, idosos, atletas ...), enfrentando essa nova normalidade, que envolve o uso desconfortável de máscaras, nas quais a escassez de fornecimento e a eficácia questionada de alguns deles. A normalidade que também acontece mantendo a distância social, algo que, dada idiosincrasia, é complicada.

As reuniões não serão as mesmas, a limitação de capacidade persistirá até o final da batalha. O papel principal que os relacionamentos virtuais terão é inquestionável, o lazer também é transferido para os computadores. Isso representa um novo desafio para os profissionais na concepção de espaços, públicos e privados. Surgem novas necessidades em relação à higiene e distâncias sociais, além de infraestruturas que minimizam o fosso digital.

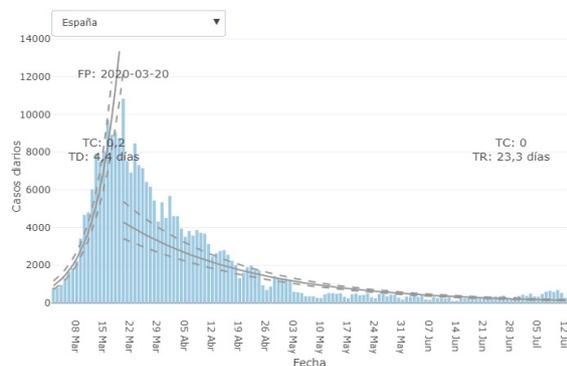
Dentro do cenário dramático em que a realidade social desses dias está representada, essa quebra global de atividade deixa algo muito positivo. A qualidade do meio ambiente melhorou. As grandes cidades, com altos níveis de poluição, respiram ar mais limpo hoje em dia, a biodiversidade está se regenerando, as águas estão mais limpas e pode-se assistir a cenas típicas dos documentários de David Frederick Attenborough, naturalista britânico, que imaginariam que chegariam a ver golfinhos brincando entre os barcos nos portos perto de Barcelona? O planeta alerta, a atividade industrial frenética dos

últimos dois séculos o castigou severamente, mas hoje em dia ele permite ver que se chega a tempo de evitar uma catástrofe ecológica. Seria importante aprender esta lição.

6.2 Resultados e conclusões

Em julho começou a nova normalidade de 2020, os dados começam a ser alentadores (figura 5).

Figura 5: Evolução recente da doença na Espanha



Fonte: Ministério de Sanidade, Júlio 2020. <https://cncovid.isciii.es/covid19/#cca>

Mas nos últimos dias a população mais jovem está a ter comportamentos inadequados, reuniões por cima do número permitido, celebrações..., que estão a provocar novos casos em distintos lugares da geografia nacional, e nalguns pontos da península voltou-se a confinar a população. Mas ainda não se vê novamente ameaçado o sistema sanitário e a pandemia parece que estivera a perder força.

Por outra banda, os tratamentos para a doença assim como unha futura vacina, estão cada vez mais pertos, são muitos os ensaios que se estão a fazer em humanos e estamos a ver já alguns resultados positivos. “Começamos a ver a luz ó fim do túnel”.

Para terminar, não se pode perder uma referência a outra das melhores faces mostradas por uma pandemia que alimentou a engenhosidade, a população mostra criatividade, muitos artistas se voltam para doar sua arte, música, pintura, seus poemas... que eles disponibilizam para um grande público graças à tecnologia. O humor toma conta dos telefones celulares, que dominam todos os dias com imagens e piadas que despertam muitos sorrisos. Bem, como diz o conhecido ditado “com mau tempo, boa cara”, e nunca falte senso de humor!

6.3 Epílogo

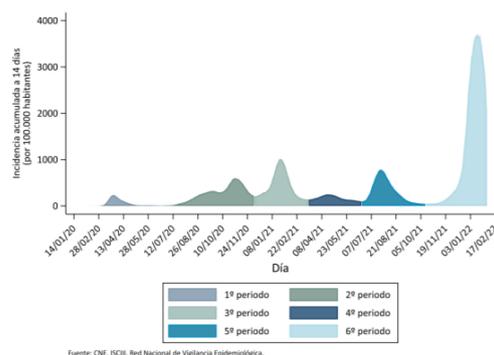
Han pasado casi dos años del inicio de la pandemia y los contagios no han cesado de suceder a lo largo de los meses, por oleadas, hasta la sexta, que es la que estos días comienza a remitir, pero que ha sido la peor de las olas en cuanto al volumen de contagios, aunque la de menor letalidad. Todo apunta a que podríamos estar ante el fin de la pandemia y el principio de una nueva epidemia, como lo ha venido siendo la gripe, este fenómeno se ha caracterizado ya como la “gripalización” de la COVID-19.

Tabla 2: Evolución de los casos

	Maio 2020	Dezembro 2021	Febreiro 2022
Contágios totais	227.436	5.422.168	10.274.653
Hospitalizados	122.730	6.682	16.326
UCI	11.348	1.292	1.880
Falecimentos	26.744	88.667	94.235

Fuente: Ministerio de Sanidad. 2022

Figura 6: Evolución de la incidencia acumulada



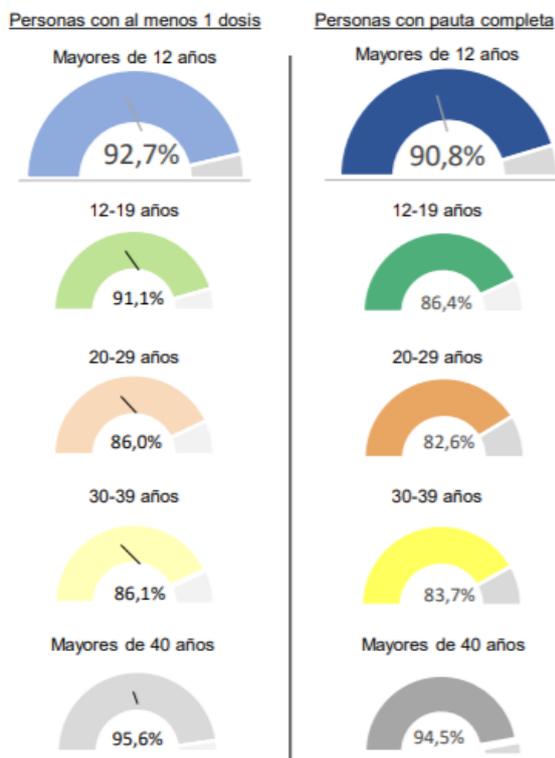
Fuente: CNE. ISCIII. Red Nacional de Vigilancia Epidemiológica.

Un hecho sustancial al que debe hacerse referencia al hablar de la evolución de la pandemia es el proceso de vacunación que se ha llevado en España. En febrero de 2022, se han administrado más de 90 millones de dosis, 40 millones de personas ya tienen la pauta completa que llega a tres dosis en la mayoría de los casos de la población adulta. Más del 50% de los niños entre 5 y 12 años ya tienen, al menos, su primera dosis.

El proceso de vacunación en España ha sido diligente y no ha encontrado la resistencia que otros se vive en otros países. Sin embargo, no se puede decir que las vacunas hayan sido totalmente eficaces, pues con la mayoría de la población vacunada,

los contagios se dispararon con la última variante descrita “ómicron”, alcanzando los máximos de incidencia desde que comenzó la pandemia.

Figura 7: Cobertura de la vacunación en mayores de 12 años, según edad



Fuente: Ministerio de Sanidad, 2022
 Maio 2020 Dezembro 2021 Fevereiro 2022
 Contágios totais 227.436 5.422.168 10.274.653
 Hospitalizados 122.730 6.682 16.326
 UCI 11.348 1.292 1.880
 Falecimentos 26.744 88.667 94.235
 Fuente: Ministerio de Sanidad. 2022

7 Em Portugal

7.1 As alterações provocadas pela COVID-19 na arquitetura e na paisagem

A pandemia que afetou Portugal e o mundo inteiro foi uma surpresa para todos. Não que o vírus não fosse do conhecimento, mas porque simplesmente achou-se que não iriam afetar a população. Os portugueses pensaram que tal como tiveram sorte de escapar à Gripe A e às outras epidemias com origem na Ásia, também não iriam ser afetados com esta.

Da última pandemia que afetou severamente a Europa em 1918, já não se tem memórias vivas desse tempo, mas apenas de histórias que se ouvem contar dos avós. Achou-se que com os avanços da medicina, isso seria irrepetível e, portanto, estavam descansados. Claro que a atual pandemia não teve (ainda) o impacto da pneumônica, até porque o conhecimento científico não é comparável com o do início do século XX e os meios são consideravelmente diferentes.

Mas, de repente, percebeu-se que o vírus estava entre eles, trazidos por viajantes de diferentes partes do mundo, quer de uma forma direta ou por etapas, num processo de contaminação sucessiva.

Passou a haver um medo generalizado. Os pais e professores passaram a querer o fechamento das escolas, as famílias foram se abastecer nos supermercados e em seguida fecharam-se em casa, os lares deixaram de receber visitas, os estabelecimentos comerciais começam a ficar vazios e o Estado decretou o Estado de Emergência. A maior parte da população ficou 45 dias confinada em casa e está agora a sair gradualmente à rua.

O sistema on-line de trabalho passa a ser regra sempre que possível, a telescola é recriada num novo formato, os restaurantes ficaram apenas a funcionar no modo de tele, os hospitais suspenderam os serviços de saúde não urgentes e as ruas ficaram desertas.

A população passou a ter medo de se tocar, afastaram-se uns dos outros.

Nem sempre tiveram instruções claras por parte dos organismos do Estado e depois de uma negação dos efeitos de proteção de luvas e máscaras, passou-se a multar quem não usava esses meios de proteção.

Para o Governo, este foi um momento novo, com grandes gastos na área da saúde, no apoio às famílias e às empresas em sistema on-line. Houve uma diminuição impressionante da receita dos impostos pela perda da atividade econômica por causa da parada parcial do país, uma vez que muitas empresas fecharam, por imposição do Governo e outras por perda de mercado.

E o que aconteceu à arquitetura?

A arquitetura continuou em termos de elaboração de projetos on-line, suportados pelas diversas tecnologias de informação e comunicação, continuou-se a construir em alguns locais, mas o ritmo da construção foi diminuindo gradualmente, com as sucessivas declarações de Estado de Emergência. A construção de muitas obras parou ou abrandou por algum medo de contágio, por situações de contágio em concreto, por falta de serviços de apoio e pelo receio em relação ao futuro do mercado imobiliário.

Os preços do mercado imobiliário das principais cidades de Lisboa e Porto parou imediatamente de crescer, tal como vinha acontecendo desde há uns anos. A criação de muitas unidades de Alojamento Local (AL) para alojamento de turistas, que permitiu a recuperação física de muitos edifícios nestas duas cidades, ficou agora disponível para o mercado de arrendamento.

Alguns hotéis em projeto, continuam em projeto, até se perceber como vai evoluir o turismo. Portugal crescia continuamente e recebeu em 2019 cerca de 24 mil turistas, tornando-o o 17º país do mundo em termos de número absoluto de turistas e representa 13,7% do PIB de Portugal.

E este ano?

Segundo o Turismo de Portugal, a queda do Turismo em 2020 deve ser superior a 40%, pois o mês de março foi muito fraco, no mês de abril praticamente não houve turismo e prevê-se que a retomada seja lenta, muito alavancada pelo turismo interno e o de proximidade com a vizinha Espanha. Deverá haver uma mudança na forma de fazer turismo, havendo um aumento da procura nos territórios de baixa densidade e uma diminuição da pressão turística nos principais destinos de turismo de Portugal, Algarve, Madeira, Porto e Lisboa.

7.2 Resultados e conclusões

O que se espera do futuro?

Portugal em relação aos outros países da Europa teve um desempenho razoável no combate à pandemia do Covid-19, mostrou que tem um Serviço Nacional de Saúde que funcionou sempre longe de situações limite, que foi capaz de rapidamente

se adaptar às necessidades do momento. Continua a ser um país atrativo pela diversidade paisagística, pelo vasto património cultural e natural, por ser considerado um dos países mais seguros do mundo, tem uma moeda forte, um bom clima, uma boa gastronomia e uma população receptiva e tolerante a turistas de diferentes origens.

O mercado imobiliário continuará a ser uma boa oportunidade para investidores, com algum ajustamento de preços, com o arrendamento como um mercado do futuro, a procura de habitação e de férias no interior do país, levará necessariamente a uma alteração do mercado da arquitetura e da gestão da paisagem.

Referências

BRANDER, James. School of Business, University of British Columbia (UBC). *News 1130*. Vancouver, CA: UBC, 2018.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. *Política nacional de habitação*. Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

BRASIL. *Lei 13.466 de 12 de jul. de 2017*. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13466.htm. Acesso em: 04 set. 2019.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da Constituição*. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1999.

CANUTO, Elza Maria Alves. *Direito à moradia urbana: aspectos da dignidade da pessoa humana*. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COSTA, Patrícia Rodrigues. *O papel de programas sociais de habitação na qualidade de vida da pessoa idosa: o direito à moradia*. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento, CEUB, Brasília, 2019.

CENTRO NACIONAL DE EPIDEMIOLOGÍA. *COVID-19: distribución geográfica*. Disponível

em: <https://cnecovid.isciii.es/covid19/>. Acesso em: maio 2020.

ESPANHA. Ministério da Saúde. *Documentários de Attenborough*. 2020. Disponível em: <https://cnecovid.isciii.es/covid19/#declaraci%C3%B3n-agregada>.

GIRARDI, Giovana. Reduzir população em favelas e investir em higiene podem salvar até 26 mil do coronavírus em SP. *O Estado de São Paulo*, 14 de abril de 2020. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,reduzir-populacao-em-favelas-e-investir-em-higiene-podem-salvar-ate-26-mil-do-coronavirus-em-sp,70003270650>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD*. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de Indicadores Sociais - SIS*. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Em dia mundial, ONU-Habitat defende políticas habitacionais e moradias acessíveis*. 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/em-dia-mundial-onu-habitat-defende-politicas-habitacionais-e-moradias-acessiveis/>. Acesso em: 29 ago. 2019.

PENZIM, Adriana Maria Brandão. *Habitação social e modos de vida: narrativas sobre a casa e o morar*. Belo Horizonte, 2001.

SARLET, Ingo Wolfgang. Algumas notas sobre a eficácia e efetividade do direito à moradia como direito de defesa aos vinte anos da Constituição Federal de 1988. In: FERNANDES, Edésio; ALFON-SIN, Betânia (coords.). *Direito à moradia adequada: o que é, para quem serve, como defender e efetivar*. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 261-292.